

O envelhecimento activo: uma análise à luz de uma ética educativa crítica

MARIA CUSTÓDIA J. ROCHA

RESUMO

A ética é construída a partir das relações colectivas que as pessoas mantêm entre si nas suas práticas de sociabilidade educativa e reporta para o domínio dos valores. Neste artigo, a apresentação e a análise de algumas orientações políticas internacionais relativas ao envelhecimento activo permitem problematizar o carácter tecnocrático e instrumental que perpassa nessas orientações de teor economicista e, simultaneamente, permite mostrar que os valores inerentes a uma educação “para a decisão, para a responsabilidade social e política, para o desenvolvimento e para a democracia” tendem a estar ausentes dessas orientações.

Nesta sequência analítica, defendemos que, na ausência de um código deontológico estatalmente legitimado, os educadores devem proceder à construção e consolidação de uma ética educativa crítica que lhes permita perceber as desconexões axiológicas entre o que a ética do mercado exige e o que uma ética educativa comporta.

Uma ética educativa crítica torna-se assim condição fundamental para uma nova concepção de educação num mundo cada vez mais envelhecido mas, nem por isso, cada vez menos pensante. A “educação para o trabalho”, vista como envelhecimento activo, é só um dos muitos vectores da educação, provavelmente em não-correspondência com todas as expectativas e os desejos das pessoas idosas, lá para o fim das suas vidas.

Palavras-chave: envelhecimento - teorias, ética, educação, direitos e cidadania.

Professora auxiliar
doutorada em Educação
pelo Departamento de
Sociologia e Administração
Educativa do Instituto
de Educação e Psicologia
pela Universidade do Minho
- Braga - Portugal
mrocha@iep.uminho.pt

ABSTRACT

Ethics is built upon the collective relations that people maintain with each other in their practices of educational sociability, and relates to the domains of values. In this article, we present and analyze some international political/economical orientations on active aging not only to frame the technocratic and instrumental nature that underlies these orientations, but also to demonstrate that those values that are attuned to an education for “decision making, social and political responsibility, development and democracy” tend to be absent from these orientations.

In this analysis, we argue that, in the absence of a state-legitimated deontological code, educators must provide for the construction and consolidation of a critical educational ethics which allows them to understand the axiological disconnections between what the ethics of the market demands and what an educational ethics permits.

Therefore, a critical educational ethics becomes a basic condition for a new conception of education in a world whose population is growing older but not less thinking. The “education for work”, viewed as active aging, is only one of the many vectors of education, probably not corresponding to the expectations and desires of the elderly people, towards the end of their lives.

Key words: aging - theories, ethics, education, rights and citizenship

INTRODUÇÃO

Actualmente são cada vez mais recorrentes os estudos académicos em que surgem noções tais como as de ética organizacional, ética política, ética social, ética económica, ética comunicacional, ética educacional... Paralelamente às reflexões sobre a problemática da ética surgem *corpus* legislativos atinentes a problemáticas recentes, tal como a problemática do envelhecimento activo, que se instituem e se legitimam sem atender aos critérios que uma ética educativa implica.

Neste artigo, a partir do conceito de ética, procura-se reflectir sobre a dimensão e o papel da educação na sua correlação com a problemática do envelhecimento activo. Ver-se-á aqui como se assiste, nos dias de hoje, à propagação de orientações políticas que podem desfazer o carácter humanizante da própria educação quando entendida como instância que contribui para a formação integral dos indivíduos, nomeadamente das pessoas em processo de envelhecimento. Isso, porque, entre outros aspectos, tem-se verificado uma mudança de discurso político que tende a dar maior importância à dimensão do envelhecimento activo como uma das formas de resolver os prementes problemas da economia, em detrimento de uma concepção de envelhecimento activo que suporte práticas de educação que sejam susceptíveis de alargar o potencial humano das pessoas idosas sem as limitar, simplesmente, ao desempenho de tarefas de trabalho.

Nesta sequência analítica, teceremos ainda algumas considerações gerais sobre a problemática da ética associada ao profissionalismo dos educadores, centrando a reflexão sobre a discussão que se tem levado a cabo sobre a pertinência ou não de elaboração de um “código deontológico” regulador da actuação educativa desses profissionais. Finalizamos a análise mostrando como educadores devem ser possuidores de uma ética educativa crítica que lhes permita desenvolver um trabalho de importância primordial no que respeita a educação das pessoas idosas, de uma forma abrangente, a todos os níveis, e não só ao nível da sua “educação para o trabalho”. Neste sentido, a noção de ética educativa crítica, noção por nós ensaiada neste artigo, adquire uma dimensão fundamental por se apresentar como um recurso que permite aos educadores ultrapassarem os seus eventuais dilemas éticos, podendo estes assim assumir e transmitir, nas suas práticas, o que é eticamente comportável no âmbito de uma educação para a cidadania plena.

Desenvolvimento

Das múltiplas concepções existentes sobre o que é a ética, ressaem alguns elementos fundamentais: a ética está intimamente associada à politicidade e, portanto, tem a ver com relações sociais intensamente vividas pelos membros de uma sociedade inseridos na polis (cidade) e em determinadas organizações e instituições; a ética está associada a

valores e tem consequências práticas que afectam não só o indivíduo mas o todo social. Estas considerações atingem um maior grau de inteligibilidade quando atendemos à concepção de ética apresentada por Paulo Freire (1997, p. 20):

“Quando falo [...] da ética universal do ser humano estou falando da ética enquanto marca da natureza humana enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. Ao fazê-lo estou advertido das possíveis críticas que, infiéis ao meu pensamento, me apontarão como ingénuo e idealista. Na verdade falo da ética universal do ser humano da mesma forma como falo de sua vocação ontológica para o ser mais, como de sua natureza constituindo-se social e historicamente”.

Numa mesma linha de pensamento e reforçando a construção social e histórica da ética, Edgar Morin (2003, p. 44) fala na necessidade que os actores sociais têm de construir uma “autoética”, o que, na sua perspectiva, implica:

“um trabalho constante de auto conhecimento, de auto-elucidação e, eu diria mesmo, de autocrítica [...]. Eis aí o longo caminho, o difícil caminho que nós devemos percorrer. A auto-ética não nos é dada. Precisamos construí-la, e eu penso que este problema de construção implica um problema de educação fundamental, talvez desde o início da escolaridade...”.

DESDE SEMPRE QUE A EDUCAÇÃO
TEM SIDO VISTA COMO INSTÂNCIA
REPLETA DE VALORES E TENDO
COMO OBJECTIVO PRINCIPAL
A CONSTRUÇÃO DE CIDADÃOS
PARTICIPATIVOS E CONSCIENTES,
ISTO É, INDIVÍDUOS RESPONSÁVEIS
E SOLIDÁRIOS COM A COMUNIDADE E
AUTÓNOMOS INTELECTUALMENTE.

Falar em ética obriga, então, a reconhecer o seu carácter antropológico e obriga a falar em politicidade, isto é, a capacidade e a possibilidade que as pessoas têm para discutir os seus valores na esfera pública. Os valores, ou seja, os critérios gerais que orientam as acções humanas não são instintivamente instituídos; pelo contrário, são adquiridos em sociabilidade e são determinados por culturas ou subculturas específicas em determinados momentos históricos, variando de acordo com cada sociedade e período da sua existência (VÁSQUEZ, 2003). Desde sempre que a educação tem sido vista como instância repleta de valores e tendo como objectivo principal a construção de cidadãos participativos e conscientes, isto é, indivíduos responsáveis e solidários com a comunidade e autónomos intelectualmente. É este, pois, um tipo de educação que em tudo se coaduna com a educação tal como Paulo Freire (1967, p. 88-89) a concebe, isto é:

“Uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política [...], uma educação para o desenvolvimento e para a democracia [...]”. “Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa da sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que advertisse dos perigos do seu tempo, para que consciente deles, ganhasse a força e a coragem para lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição do seu próprio ‘eu’, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em constante diálogo com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus ‘achados’. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão”.

A ÉTICA INSERIDA NA EDUCAÇÃO
DESENVOLVE NOS INDIVÍDUOS
A CAPACIDADE DE ESTABELECEER
RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTOS
E COMPETÊNCIAS, ORIENTANDO-OS
PARA AS PRÁTICAS DA CIDADANIA.

A ética inserida na educação desenvolve nos indivíduos a capacidade de estabelecer relações entre conhecimentos e competências, orientando-os para as práticas da cidadania. Ora, sendo certo que os valores atinentes a “uma educação para o desenvolvimento e para a democracia” são valores imprescindíveis quando se fala de ética educativa, também é certo que os valores económicos ou economicistas têm invadido a educação. Para Michael Peters (1994, p. 213), por exemplo:

Não existe, talvez, melhor exemplo da extensão do mercado a novas áreas da vida social que o campo da educação. É claro que, sob os princípios do neoliberalismo, a educação tem sido discursivamente reestruturada de acordo com a lógica do mercado. A educação, neste modelo, não é tratada de forma diferente de qualquer outro serviço ou mercadoria.

Percebe-se, pelo teor da citação anterior, e por outras que poderíamos aqui convocar, que se tem vindo a assistir a uma inversão de valores no contexto da educação: no lugar da ética, entrou a economia: a eficácia do sistema económico de mercado passou a ser o critério supremo para todos os valores. Desta feita, sob os imperativos económicos, as questões da justiça social têm vindo a sofrer um recuo. Tal como no-lo reporta Paulo Freire (1997, p. 144):

O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos na verdade por um mundo de gente.

Assim, à ética do mercado, contrapõe-se (ou deveria contrapor-se) a ética da educação. Essa contraposição constitui um dilema ético: qual a escolha possível entre duas alternativas antagónicas? A tomada de posição e a consequente acção educativa a desenvolver exige um grande esforço de consciencialização crítica. Edgar Morin (2003, p. 43) adverte:

Hoje, o verdadeiro problema é que nós devemos estar conscientes de que o imperativo ético existe em nós, mas que ele vai encontrar um outro que é não menos forte: será preciso escolher, quer dizer, assumir um risco. Isto constitui o problema das contradições éticas.

O problema das contradições éticas é ainda de maior dimensão quando essas contradições estão patentes nas orientações políticas que tentam regular as acções educativas. É o que acontece com a problemática do envelhecimento activo. Vejamos:

estando os direitos das pessoas idosas genericamente formulados na *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), a verdade é que esta faixa etária foi durante demasiado tempo esquecida nas resoluções políticas internacionais. Quando alguma preocupação lhe é concedida, essa preocupação se manifesta nos seguintes termos:

A more flexible work-retirement transition is one example of "active ageing" – the capacity of people, as they grow older, to lead productive lives in the society and economy. Active ageing implies a high degree of flexibility in how individuals and families choose to spend their time over life – in work, in learning, in leisure and in care-giving (OECD, 1998).

A TOMADA DE POSIÇÃO E A
CONSEQUENTE ACÇÃO EDUCATIVA A
DESENVOLVER EXIGE UM GRANDE
ESFORÇO DE CONSCIENCIALIZAÇÃO
CRÍTICA.

O facto de as Nações Unidas terem proclamado o ano de 1999 como o *Ano Internacional das Pessoas Idosas* fez canalizar a atenção de governos e investigadores para a abordagem da problemática do envelhecimento, sendo aqui de salientar que a Organização das Nações Unidas tem convenções específicas para todos os públicos, menos para a pessoa idosa, uma questão de ética política que somente em 2008 mereceu atenção com a *Proposta de Convenção sobre os Direitos da Pessoa Idosa* (2008). Veja-se também que foi somente em 1982 que se realizou em Viena a *I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento*. As Nações Unidas evidenciaram, aqui, tal como na *II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento*, realizada em Madrid em 2002, o interesse da

comunidade internacional pelo progressivo envelhecimento da população, especialmente nos países desenvolvidos. Desses encontros resultou um *Plano de Acção Internacional para o Envelhecimento* (2002) no qual propostas como as de “participação activa dos idosos na sociedade e no desenvolvimento económico através da sua inserção no mercado de trabalho” adquirem dimensão relevante.

Estas preocupações da Organização das Nações Unidas para com o “envelhecimento activo” também são tidas em conta na União Europeia. É na sequência da legislação internacional que, na União Europeia, surge a *Comunicação da Comissão: Uma Europa para todas as idades – Promover a prosperidade e a solidariedade entre as gerações* (1999), na qual se explicita que:

Ao longo dos próximos 20 anos, a população de idade superior à idade de reforma normal (ou seja, 65 anos) registará um aumento de 17 milhões. Dentro deste grupo, as pessoas muito idosas (com mais de 80 anos) aumentarão 5,5 milhões. A equidade intergerações requer que seja dada a devida atenção à sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. Deve ser assegurada uma base mais alargada para os sistemas de protecção social através de uma taxa de emprego da população activa mais elevada [...].

Na *Resolução do Parlamento Europeu sobre a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento* (Madrid, 2002), o Parlamento Europeu

Reitera a sua opinião de que é necessário incrementar a luta contra todas as formas de discriminação no mercado de trabalho, em particular a discriminação contra os trabalhadores idosos, através de acções de reciclagem e de reconversão profissional, incluindo a utilização das novas tecnologias, e através de alterações a nível da organização do trabalho e do horário de trabalho, bem como a nível da protecção da segurança e da saúde no trabalho, consentâneas com as necessidades dos trabalhadores idosos.

Não podemos ainda deixar de destacar, a propósito da necessidade de se encarar o “envelhecimento activo através do trabalho”, os dados constantes na *Comunicação da Comissão – Livro Verde – Uma nova solidariedade entre gerações face às mudanças demográficas* (2005), na qual

A EQUIDADE INTERGERAÇÕES
REQUER QUE SEJA DADA A DEVIDA
ATENÇÃO À SUSTENTABILIDADE
A LONGO PRAZO DAS FINANÇAS
PÚBLICAS.

“A SITUAÇÃO DE SOLIDÃO/
ISOLAMENTO, COMO DE INEXISTÊNCIA
OU NÃO FUNCIONAMENTO DAS
REDES SOCIAIS DE APOIO [TEM]
CONSEQUÊNCIAS EM TERMOS DE
SAÚDE FÍSICA E PSICOLÓGICA
DOS SUJEITOS” E TORNA-OS MAIS
DEPENDENTES DE OUTROS.

se refere que, em decorrência do aumento da esperança média de vida, em razão da incapacidade de o sistema de protecção social abarcar as despesas que a longevidade acarreta, será necessário o empenho solidário de todas as gerações e comunidades para superar os problemas sociais que o Estado não consegue resolver. E, nesta digressão analítica, não devemos ainda esquecer a preocupação que consta na *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Envelhecer bem na sociedade da informação – iniciativa i2010 – Plano de acção no domínio “Tecnologias da informação e das comunicações e envelhecimento”* (2007), onde claramente se afirma que com esse plano de acção se visa:

Promover e coordenar o desenvolvimento das TIC associadas aos serviços para pessoas idosas na União Europeia, para lhes permitir prolongar a sua actividade profissional, garantindo-lhes um equilíbrio entre vida activa e profissional [...].

Segundo Alfredo Bruto da Costa (1998, p. 87-89), e conforme o podemos confirmar na exposição analítica anteriormente feita, só há pouco tempo o envelhecimento passou a ser “apontado, com relativa frequência, como um dos aspectos a ter em conta na definição das políticas de médio e longo prazo”. Acrescenta o autor que a sociedade actual está organizada de uma forma em que a maior parte das pessoas idosas “não tenha lugar nem papel na vida social”. Então, um dos principais desafios que se coloca actualmente à sociedade (e ao Estado) é o de descobrir qual o papel e o lugar da/o idosa/o num sistema social em que aumenta a esperança média de vida, mas em que a longevidade nem sempre é acompanhada por um aumento da qualidade de vida. Basta estar atento às pensões de reforma auferidas por determinados grupos de idosas/os.

A propósito do chamado “envelhecimento activo”, há ainda a ponderar sobre outros aspectos. Maria Constança Paúl (1997, p. 83), por exemplo, considera que “a situação de solidão/isolamento, como de inexistência ou não funcionamento das redes sociais de apoio [tem] consequências em termos de saúde física e psicológica dos sujeitos” e torna-os mais dependentes de outros. Foi precisamente com o intuito de afastar esta imagem de dependência das pessoas idosas em relação aos outros (família, comunidade, Estado) que, como alguns autores no-lo referem:

O conceito de envelhecimento produtivo (EP) surgiu na década de 70, entre profissionais de contextos políticos, sociais e académicos, com o objectivo de combater a imagem vigente dos idosos, que os apresentava como pessoas frágeis, dependentes e não produtivos, um fardo para a sociedade e para as gerações mais jovens [...]. Conquanto não exista uma definição consensual em torno do conceito, existem características subjacentes ao mesmo. Deste modo, considera-se a existência de uma actividade significativa e satisfatória, em que o idoso está envolvido de forma estruturada e continuada e que tem impacto positivo na sua vida (GONÇALVES et al., 2006, p. 139).

A passagem desta imagem de “dependência” para uma imagem de “actividade” deve, pensamos, ser problematizada. Se é certo que perpassa nas orientações políticas e nas medidas legislativas a ideia, internacionalmente defendida, de que os idosos têm direito ao desenvolvimento das suas aptidões, capacidades e competências por meio da educação e, nomeadamente, por meio de formas de expressão e de comunicação que sejam susceptíveis de alargar o seu potencial humano, também é certo que ganha cada vez mais forma, nessas mesmas orientações políticas, a ideia de que o envelhecimento deve ser activo, com activo se querendo dizer a inserção das pessoas idosas em actividades profissionais e em estruturas de trabalho (remunerado ou não). Esta noção de “actividade” nos leva a fazer a seguinte reflexão, que, aliás, vem na sequência de algumas considerações já inscritas neste trabalho.

Vejamos: o envelhecimento activo serve a muitos propósitos dos quais ganham destaque os que assentam numa lógica economicista. O envelhecimento activo pode servir, segundo essa lógica, para resolver certos problemas relacionados com a economia: quantas mais pessoas idosas trabalharem, quantas menos estiverem institucionalizadas, quantas mais se encontrarem nas suas casas a cuidarem dos seus netos, quanto mais as comunidades se envolvam em formas de solidariedade social para com as pessoas idosas necessitadas, menores serão os dispêndios do Estado com as pessoas idosas.

Vejamos a este propósito que as prioridades dos sistemas de protecção social e a solidariedade transnacional e nacional deixam muitas vezes de lado os problemas das pessoas idosas. Se pensarmos na educação dos idosos, não será por demais lembrarmos que, na era da globalização, exis-

VEJAMOS A ESTE PROPÓSITO QUE AS PRIORIDADES DOS SISTEMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL E A SOLIDARIEDADE TRANSNACIONAL E NACIONAL DEIXAM MUITAS VEZES DE LADO OS PROBLEMAS DAS PESSOAS IDOSAS.

GRANDE PARTE DO CRESCIMENTO DA TAXA DE EMPREGO DOS TRABALHADORES MAIS VELHOS OCORREU GRAÇAS A UM AUMENTO DA ACTIVIDADE DAS MULHERES MAIS VELHAS, QUE, POR SEU TURNO, FICA INDIRECTAMENTE A DEVER-SE AO REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM GERAL NA ACTIVIDADE ECONÓMICA.

tem baixas taxas de alfabetização da população idosa, sendo que essas baixas taxas recaem sobretudo sobre as mulheres (OMS, 1998). Pese embora assim ser, em vez de se adoptarem medidas relativas à educação das pessoas idosas, nomeadamente à educação das mulheres idosas, perspectiva-se a sua participação na sociedade assente numa participação no mercado de trabalho. É esta uma estratégia economicista, repetimos, que tem vindo a dar os seus frutos, se atendermos ao que consta na Comunicação da *Comissão – Principais Mensagens do Relatório sobre o Emprego na Europa 2007* (2007):

Dados recentes indiciam que os esforços dos Estados-Membros para aplicar medidas em apoio do envelhecimento activo começam a produzir resultados. O emprego dos trabalhadores mais velhos tem sido uma das componentes mais dinâmicas do mercado laboral da UE nos últimos anos, tendo aumentado 7 pontos percentuais desde 2000. Grande parte do crescimento da taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos ocorreu graças a um aumento da actividade das mulheres mais velhas, que, por seu turno, fica indirectamente a dever-se ao reforço da participação das mulheres em geral na actividade económica. Em contrapartida, a subida das taxas relativas aos homens resulta de uma saída mais tardia do mercado de trabalho, o que se deve principalmente a factores como as reformas dos sistemas de pensões e protecção social e a outras medidas recentes associadas à promoção do envelhecimento activo.

Pensamos que se devem questionar todos os propósitos políticos que vão no sentido de “prolongar a actividade profissional” para reduzir custos com a segurança social e para aumentar a produtividade e a competitividade económica sem retorno em termos de “qualidade de vida” e de inclusão efectiva dos idosos em formas de cidadania plena. Desta feita, haverá de se conceber uma educação que propicie às pessoas as possibilidades de desocultar o que escondem as ideologias, nomeadamente as ideologias políticas e económicas que as pretendem conformar a determinados padrões de valores e não a outros. Esta é uma tarefa difícil, até porque, como nos diz Paulo Freire (1997, p. 142-143):

A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento económico submetido, como toda produção económica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder.

Como podem agir os Educadores no sentido de desocultar as ideologias do poder instituído? Vejamos que a inexistência de um código deontológico que deve ser elaborado pelos próprios profissionais e posteriormente consagrado em “decreto” em muito pesa na não-valorização das funções dos Educadores. Na ausência de um código deontológico, estes continuam a aderir a uma ética e a um sistema de valores e de normas que lhes é imposto do exterior, nomeadamente pelo Estado, não conseguindo construir a sua profissão em torno dos saberes de que a profissão dispõe e dos valores que os seus profissionais devem cultivar (REIS MONTEIRO, 2008).

Estamos em crer que, pese embora a inexistência de um código deontológico para a profissão dos educadores, o certo é que esses profissionais não estão desprovidos de ética, antes pelo contrário, eles são actores, são capazes de construir e consolidar uma ética educativa crítica que lhes permita atender aos valores eminentemente associados à educação e mesmo a uma nova concepção de educação: uma educação que permita às pessoas idosas desenvolver “saberes” com os quais serão capazes de dar novos sentidos às suas relações com os outros e consigo mesmas. Os educadores portadores de uma ética educativa crítica poderão questionar as desconexões éticas existentes entre a ética do mercado e a ética da educação e poderão educar as pessoas idosas não só a partir de uma concepção de *Homo Economicus* mas também, e sobretudo, a partir de uma concepção de *Homo Ludens*.

NÃO É SÓ POR MEIO DO DESEMPENHO DE FUNÇÕES DE TRABALHO QUE O SER HUMANO DESENVOLVE FORMAS DE SOCIABILIDADE E RELAÇÕES COLECTIVAS SOCIAIS QUE LHE PERMITEM TER UMA VISÃO CRÍTICA DOS SEUS VALORES – ASPECTOS EMINENTEMENTE ASSOCIADOS À ÉTICA.

Conclusão

As pessoas idosas ou em processo de envelhecimento têm direito ao desenvolvimento das suas aptidões, capacidades e competências por meio da educação e, nomeadamente, por meio de formas de expressão e de comunicação que sejam susceptíveis de alargar o seu potencial humano, favorecendo, simultaneamente, uma maior coesão social numa sociedade livre.

Ser idoso(a) é desenvolver e aperfeiçoar competências a todos os níveis, de forma consciente de modo a consolidar uma sabedoria conquistada por meio dos tempos e que não se limita, simplesmente, ao desem-

O EDUCADOR CRÍTICO, PESE
EMBORA NÃO POSSUIR UM CÓDIGO
DEONTOLÓGICO LEGITIMADO PELO
ESTADO, DEVERÁ TOMAR ESTES VALORES
COMO BASE DA SUA ACTUAÇÃO.

penho de tarefas de trabalho. Esta nova etapa da vida deve ser vista como uma oportunidade para libertar e utilizar energias e capacidades que podem servir como processo de crescimento e desenvolvimento pessoal e social. O envelhecimento activo deve então ser perspectivado como um novo paradigma para a velhice, sobretudo se visto como um novo marco que reconhece as pessoas idosas como membros integrantes da sociedade, como cidadãos de pleno direito ao trabalho (se o puderem desenvolver), mas também como cidadãos de pleno direito ao descanso, à educação lúdica e artística, à sua manutenção física e psicológica, às suas formas de lazer. Não é só por meio do desempenho de funções de trabalho que o ser humano desenvolve formas de sociabilidade e relações coletivas sociais que lhe permitem ter uma visão crítica dos seus valores – aspectos eminentemente associados à ética.

Assim sendo, devem-se criar orientações políticas que permitam desenvolver acções e projectos educativos mais próximos dos cidadãos e cidadãs idoso(a)s, promovendo a sua autonomia e independência, mas também velando pela sua assistência e apoio, caso necessário. O educador crítico, pese embora não possuir um código deontológico legitimado pelo Estado, deverá tomar estes valores como base da sua actuação. O posicionamento ético perante os problemas sociais atravessa todo o processo de educação ao longo da vida e, por isso, haverá que dotar os profissionais de educação de competências e saberes que os levem a saber o que é a ética e o que é eticamente responsável em termos educacionais.

Estamos em crer que uma educação que assente em valores tais como os enunciados por Paulo Freire não se coaduna com um tipo de educação com a qual se tenha como prioridade fundamental educar as pessoas idosas para o trabalho e com a qual se pretende, tão-só, favorecer o que hoje em dia, numa lógica de *politicamente correcto*, exalta-se como sendo o envelhecimento activo ou o envelhecimento produtivo – ambos os conceitos associados à manutenção do sistema económico e financeiro de algumas organizações e, nomeadamente, do Estado.

Neste sentido, é fundamental que os Educadores construam uma ética educativa crítica que, não se conformando com valores política e institucionalmente legitimados e consagrados em códigos deontológicos, vai, todavia, ao encontro dos valores e dos sonhos das pessoas idosas. Em suma, trata-se de uma ética que não anula as hipóteses de vida, lá para o fim da vida.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

- COSTA, A. B. *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. Lisboa: Dinalivro Lda., 1967.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz & Terra, 1997.
- GONÇALVES, D.; MARTIN, I.; GUEDES, J.; CABRAL-PINTO, F.; FONSECA, A. *Psicologia, Saúde & Doenças*, n. 7 (1), p. 137-143, 2006. Disponível em: <www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psd/v7n1/v7n1a12.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.
- MORIN, E. *Ética, cultura e educação*. In: PENA-VEIGA, A.; ALMEIDA, C.; PETRÁGLIA, I. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.
- PAÚL, M. C. *Lá para o fim da vida: idosos, família e meio ambiente*. Coimbra: Almedina, 1997.
- PETERS, M. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, T. Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 211-224.
- REIS MONTEIRO, A. *Qualidade, profissionalidade e deontologia na educação*. Porto: Porto Editora, 2008.
- VÁSQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Documentais

- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO: UMA EUROPA PARA TODAS AS IDADES – PROMOVER A PROSPERIDADE E A SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES. 1999. Disponível em: <europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11308.htm>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO – LIVRO VERDE – UMA NOVA SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES FACE ÀS MUTAÇÕES DEMOGRÁFICAS. 2005. Disponível em: <www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3931&p_est_id=9368>. Acesso em: 26 mar. 2009.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO – PRINCIPAIS MENSAGENS DO RELATÓRIO SOBRE O EMPREGO NA EUROPA 2007. 2007. Disponível em: <eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52007DC0733:PT:NOT>. Acesso em: 26 abr. 2009.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: ENVELHECER BEM NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – INICIATIVA I2010 – PLANO DE ACÇÃO NO DOMÍNIO “TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES E ENVELHECIMENTO”. 2007. Disponível em: <europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24292.htm>. Acesso em: 26 out. 2008.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1986.
- OECD. Maintaining prosperity in an ageing society. 1998. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/21/10/2430300.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2009.

OMS. Life in the 21st century: a vision for all. 1998. (Relatório Mundial de Saúde) Disponível em: <www.who.int/whr/1998/en/index.html>. Acesso em: 24 abr. 2009.

PLANO DE ACÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO. 2002. Disponível em: <www.cicts.uevora.pt/paienv.pdf>. Acesso em: 27 out. 2008.

PROPOSTA DE CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. 2008. Disponível em: <www.ampid.org.br/Docs_ID/Convencoes_ONU_ID.php>. Acesso em: 18 nov. 2008.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE A SEGUNDA ASSEMBLEIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O ENVELHECIMENTO. Madrid, 2002. Disponível em: <www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=//EP//NONSGML+TA+P5-TA-2002-0184+0+DOC+PDF+V0//PT>. Acesso em: 17 nov. 2008.